



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 0183241-9/01

Embargante: Carlos Anderson da Cunha Ortiz

Embargado: Fazenda pública Municipal de Itamaracá

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL - AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC - EMBARGOS REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento imerso no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2 - Inocorrentes as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.

3 - Embargos conhecidos, tão-somente, para prequestionar o disposto nos arts. 741, V e 743 do CPC, porém, cuido em rejeitá-los pelos fundamentos aduzidos.

4 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração nº 0183241-9/01, sendo embargante Carlos Anderson da Cunha Ortiz e embargado Fazenda Pública Municipal de Itamaracá.

Acordam os Desembargadores que integram a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar os embargos declaratórios, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 24 de 02 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 0183241-9/01.

Embargante: Carlos Anderson da Cunha Ortiz

Embargado: Fazenda pública Municipal de Itamaracá

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos da apelação cível que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão.

Alega o recorrente que omissão apontada consistiu no provimento parcial, concedendo apenas (01) um salário mínimo, e, que deveria ter fixando como valor da dita pensão compensatória o equivalente a 02 (dols) salários mínimos.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar as omissões existentes, prequestionando a matéria versada nos autos.

É o relatório.

Recife, 04 de 02 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 0183241-9/01

Embargante: Carlos Anderson da Cunha Ortiz

Embargado: Fazenda pública Municipal de Itamaracá

VOTO

O inconformismo do recorrente reside contra acórdão lavrado nos autos da apelação cível que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão ao dar-lhe provimento parcial, apenas para modificar o estabelecido quanto a percepção dos vencimentos do apelante.

Aduz, consoante restou incontroverso e exaustivamente provado nos autos, à época do acidente, o Embargante percebia, apenas do Município de Itamaracá, em razão de sua atividade como servidor público, uma remuneração equivalente a dois salários mínimos, sendo certo, portanto, que o salário mínimo que atualmente percebe do INSS mais o que restou determinado no acórdão, apenas servirá para compensar a remuneração que o demandante percebia do Município de Itamaracá, não servindo, portanto, para compensar as perdas de rendimentos aferidas mediante a realização das atividades extras, como pesca, animação de festas infantis, encanador e outros biscates.

Em que pesem os argumentos expostos, verifico que não assiste razão ao Embargante.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo.

Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, todavia, não vislumbro qualquer obscuridade, contradição ou omissão a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se íntegro pelos seus próprios fundamentos.

A alegação de que não houve menção no julgado concernente aos argumentos ou dispositivos levantados pelo Embargante, tenho que não merece respaldo, uma vez que o Julgador



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou explicitamente enfrentada no aresto embargado, embora de maneira desfavorável à parte, ora embargante que de forma reiterada, trouxe questões nitidamente alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de reativar a discussão sobre matéria já decidida.

Se porventura almeja o embargante modificar o aresto hostilizado, pretendendo que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Afastadas as situações em que se fincam os presentes embargos de declaração, persiste apenas o intuito expresso de que o seu manejo objetiva prequestionar a matéria legal, para ensejar a interposição dos recursos previstos na Carta Magna e mesmo diante de tal revelação, renovo o entendimento de que as figuras expressas no art. 535, do CPC, não se acham refletidas sobre o acórdão embargado.

Sob tais argumentos, conheço os presentes aclaratórios para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 741, V e 743 do CPC, porém, cuido em rejeitá-los pelos fundamentos aduzidos.

É como voto.

Recife, 04 de 02 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator